



Sessão Temática ST3: Políticas públicas, dinâmicas demográficas e planejamento urbano e regional

## A TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA SUSTENTA E SEUS DESAFIOS INSTITUCIONAIS

LA TRANSFORMACIÓN DE LA AGRICULTURA FAMILIAR EN MOZAMBIQUE: UN ANÁLISIS DEL PROGRAMA SUSTENTA Y SUS DESAFÍOS INSTITUCIONALES

THE TRANSFORMATION OF FAMILY FARMING IN MOZAMBIQUE: AN ANALYSIS OF THE SUSTENTA PROGRAM AND ITS INSTITUTIONAL CHALLENGES

Luís Jó Sandramo Inchuca<sup>1</sup>, Waldecy Rodrigues<sup>2</sup>, Nilton Marques de Oliveira<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Doutorando do PPGDR da UFT/Palmas/TO; Bolsista da CAPES

<sup>2</sup> Prof. Dr. Do PPGDR, UFT/Palmas/TO

<sup>3</sup> Prof. Dr. Do PPGDR, UFT/Palmas/TO

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Agricultura Familiar. Programa SUSTENTA. Corrupção. Desenvolvimento rural.

**Palabras clave:** Políticas Públicas. Agricultura Familiar. Programa SUSTENTA. Corrupción. Desarrollo rural.

**Keywords:** Public Policies. Family Farming. SUSTENTA Program. Corruption. Rural development.

## INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a transformação da agricultura familiar em Moçambique, com foco no Programa SUSTENTA e seus desafios institucionais. Moçambique, situado na África Austral, tornou-se independente em 1975, após um longo período de colonização e conflito armado. Com uma população que cresceu de 23 milhões em 2010 para mais de 32 milhões em 2021, grande parte dos moçambicanos vive em zonas rurais e depende da agricultura para subsistência (INE, 2017). Apesar de possuir vastos recursos naturais, incluindo 36 milhões de hectares de terra arável, a produtividade agrícola permanece baixa, contribuindo com apenas 21% a 24% do PIB nacional (Muianga, 2020).

A agricultura é considerada a base do desenvolvimento nacional, conforme a Constituição de Moçambique, impulsionando políticas públicas voltadas para a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento regional. Desde a independência, diversos programas foram implementados, incluindo o PARPA, que se focou na redução da pobreza e no desenvolvimento de setores essenciais como educação, saúde e infraestruturas. O Programa SUSTENTA, lançado em 2017, destaca-se como uma iniciativa inovadora que visa integrar a agricultura familiar em cadeias de valor produtivas, melhorando a qualidade de vida das famílias rurais por meio da promoção de práticas agrícolas sustentáveis.



A metodologia utilizada neste estudo é qualitativa e exploratória, com base em uma análise documental e bibliográfica que incluiu fontes teóricas, documentos oficiais, relatórios de organizações governamentais e estudos sobre economia agrária e políticas públicas em Moçambique (Gil, 2007). Foram revisados materiais do Instituto Nacional de Estatística (INE) para atualizações sobre o crescimento populacional e aspectos econômicos do país. A análise de conteúdo seguiu os princípios do método científico, conforme descrito por Gerhardt e Silveira (2009), visando descrever e avaliar os desafios do SUSTENTA, como a falta de monitoramento participativo, critérios claros na seleção dos beneficiários, e o acesso limitado a insumos agrícolas e infraestruturas rurais.

O estudo pretende contribuir para um melhor entendimento das limitações institucionais enfrentadas pelo programa e o impacto das políticas agrárias na transformação da agricultura familiar em Moçambique.

## **AS REFORMAS AGRÁRIA EM MOÇAMBIQUE**

Após a independência em 1975, Moçambique passou por profundas reformas agrárias, especialmente durante o período de economia centralizada sob um regime socialista. Com a guerra civil e a morte do presidente Samora Machel, o governo, liderado por Joaquim Chissano, enfrentou enormes desafios, incluindo a destruição de infraestruturas e a estagnação econômica.

A primeira eleição multipartidária em 1994 marcou o início de uma nova fase, com a transição para uma economia de mercado e reformas institucionais orientadas pelo capitalismo. A agricultura permaneceu como base do desenvolvimento, mas com uma economia debilitada, Moçambique buscou apoio internacional, ingressando no Banco Mundial e no FMI em 1984, abrindo-se para a economia de mercado, a propriedade privada e a democratização. Essas reformas foram fundamentais para moldar a atual política agrária, incluindo programas como o SUSTENTA, que visa transformar a agricultura familiar e integrar os pequenos agricultores em cadeias produtivas sustentáveis.

## **POLÍTICAS AGRÁRIAS E MODELOS PARA A TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM MOÇAMBIQUE**

Após a independência e a guerra civil, Moçambique adotou várias políticas agrárias para a reconstrução econômica, começando pelo Programa de Reabilitação Econômica (PRE) em 1987, apoiado pelo FMI e Banco Mundial, que visava reverter a crise econômica gerada pelo fracasso das políticas socialistas e pela guerra (Nova, 2022). Seguiram-se o PROAGRI I (1998-2004) e PROAGRI II (2006-2010), focados no desenvolvimento do setor agrário (Nova, 2022).

Entre as políticas públicas, destacaram-se modelos de concessão de terras a investidores estrangeiros para produção intensiva, concessão exclusiva de comercialização de culturas específicas e o modelo de transformação do pequeno produtor em empresário agrícola, como o adotado pelo Programa SUSTENTA (Nova, 2022). Este último visa integrar agricultores familiares em cadeias de valor através de mecanização e inovação tecnológica, com o objetivo de promover uma agricultura mais sustentável e aumentar a produtividade, enfrentando os



desafios institucionais e a dependência de financiadores externos que moldam as políticas nacionais (Nova, 2022).

## **PROGRAMA SUSTENTA E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA MOÇAMBICANA**

O Programa SUSTENTA, lançado em 2017, é uma política agrária que visa o desenvolvimento integrado da agricultura familiar em Moçambique, melhorando a qualidade de vida no meio rural, garantindo a segurança alimentar e promovendo o uso sustentável dos recursos naturais (Mosca, 2014). O programa é financiado principalmente pelo Banco Mundial, com um orçamento off the budget, totalizando US\$ 100 milhões até 2019 (Mosca et al., 2023). Em sua segunda fase, lançada em 2020, o SUSTENTA expandiu-se para a zona sul do país, com foco na integração de pequenos agricultores comerciais emergentes e outros atores das cadeias de valor (MADER, 2020).

**Resultados e Impactos** O SUSTENTA apresentou avanços significativos, incluindo o apoio a mais de 100 mil pequenos produtores, com o objetivo de aumentar a produção agrícola, promover a segurança alimentar e criar empregos no meio rural. Entre os principais resultados estão a disseminação de técnicas agrícolas, financiamento e subsídios para aumentar a produtividade, e a promoção de inclusão social.

Apesar dos avanços, o programa enfrenta desafios importantes, como a falta de investimentos em agroprocessamento, o que limita a diversificação econômica; problemas de implementação, incluindo a falta de criação de empregos no meio rural; e deficiências na planificação e coordenação das iniciativas. A necessidade de infraestruturas adequadas, como sistemas de irrigação, também foi identificada como um obstáculo para o sucesso completo do programa.

## **DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EM MOÇAMBIQUE**

O desenvolvimento regional envolve a criação de políticas que transformem regiões em sujeitos de seu próprio progresso, destacando o papel das instituições e dos atores locais nos processos endógenos de desenvolvimento (De Oliveira, 2015; Mattedi, 2015). Segundo North (1994), as instituições influenciam o desempenho econômico, destacando a importância do direito de propriedade, o impacto negativo da corrupção, e o papel da confiança entre agentes econômicos. Esta visão ajuda a explicar as desigualdades regionais em Moçambique e as falhas nas políticas públicas, frequentemente associadas a instituições frágeis e corrupção (North, 1994). No Brasil, a redução das desigualdades regionais é um objetivo constitucional, e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional reconhece que disparidades regionais prejudicam o progresso nacional (Corrêa, 2019).

A abordagem da base exportadora de North (1995) sugere que a exportação induz o desenvolvimento ao diversificar a economia, mas Furtado (2001) critica a estrutura desigual de desenvolvimento, que perpetua o subdesenvolvimento em regiões periféricas. Políticas públicas são definidas como as ações ou omissões do governo que impactam a sociedade, com foco no crescimento econômico, frequentemente negligenciando aspectos sociais, o que pode explicar



o fracasso de muitos modelos de desenvolvimento adotados por Moçambique desde a independência (Sergio & Azevedo, 2003; Capella, 2018; Noronha, 2005).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa SUSTENTA busca promover o desenvolvimento agrário integrado em Moçambique, visando melhorar a qualidade de vida rural, garantir a segurança alimentar e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais. No entanto, como destaca Castel-Branco (2012), a transformação de pequenos agricultores em agricultores comerciais é um processo longo que requer apoio substancial das cadeias produtivas e do Estado. Esse apoio deve incluir serviços de extensão, infraestruturas, e políticas coerentes, em linha com a teoria de instituições de North, que afirma que o desenvolvimento institucional é fundamental para o crescimento econômico e a convergência com padrões de países desenvolvidos (North, 1994). Após a independência, Moçambique adotou modelos desenvolvimentistas semelhantes ao Brasil dos anos 1920, mas falhas na formulação de políticas públicas e na gestão das instituições explicam muitos dos fracassos desses modelos (Cavalcante, 2019). A garantia de direitos de propriedade, o combate à corrupção e a promoção de confiança entre agentes econômicos são cruciais para o desempenho econômico positivo, ressaltando a importância das instituições no processo de desenvolvimento (Cavalcante, 2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa SUSTENTA, em vigor desde 2017, representa uma política pública estratégica do setor agrário em Moçambique, visando a integração da agricultura rural em cadeias de valor produtivas para melhorar a qualidade de vida das famílias rurais e promover a agricultura sustentável (MADER, 2020). Este programa é crucial para a base econômica de cerca de 67% da população rural que depende da agricultura. No entanto, os resultados até agora mostram que, apesar dos avanços, o programa enfrenta desafios significativos.

Dados indicam que o SUSTENTA, com um orçamento inicial de 16 bilhões de meticais (192 milhões de euros) do Banco Mundial, teve impacto positivo na fase piloto, aumentando a produção de milho e gergelim (Jornal Economia da FAO). Contudo, a falta de uma avaliação independente da fase inicial e as suspeitas de corrupção e falta de transparência foram apontadas como críticas importantes (Jornal de Economia). A ausência de critérios objetivos na seleção dos beneficiários e a falta de infraestrutura agrícola e de monitoria participativa também foram destacadas como limitações (CIP, 2021; Da Costa & Castigo, 2021). Além disso, o aumento da produção agrícola esperada de 2,3% para 5% não foi alcançado, refletindo problemas persistentes em infraestrutura e acesso a insumos (Da Costa & Castigo, 2021).

A crítica ao modelo e a necessidade de mais estudos sobre a eficácia das políticas públicas são evidentes, pois Moçambique ainda enfrenta desafios como a fome e a baixa produtividade econômica (MADER, 2011; Muianga, 2020). A transparência e a eficácia na implementação do programa são essenciais para garantir que o SUSTENTA alcance seus objetivos e contribua efetivamente para o desenvolvimento rural.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de políticas públicas**, repositório.enap.gov.br, Brasília, 2018.

CASTEL-BRANCO, Carlos N. Moçambique: **perspectivas económicas**. Universidade Eduardo Mondlane em associação com Fundação Friedrich Ebert, Maputo, 2012.

CAVALCANTE, Carolina Miranda. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico, de Douglass C. North**. História Econômica & História de Empresas, v. 22, n. 1, p. 1-22, 2019.

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP). Falta de transparência na seleção dos beneficiários do projeto SUSTENTA indica compra de lideranças à nível local. **Boletim informativo** Nº 3/2021, 2021.

CORRÊA, José Carlos Severo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; KIST, Rosane Bernardete Brochier. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 7, p. 37-48, 2019.

DA COSTA, Jacinta Inês Marcos; CASTIGO, Pedro. Análise dos progressos, constrangimentos e desafios do programa agrário “Sustenta” em Moçambique. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, p. e244101421682-e244101421682, 2021.

De OLIVEIRA, Nilton Marques de. **Desenvolvimento regional do território do Estado do Tocantins: implicações e alternativas**. Tese (doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/Campus de Toledo, 2015

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, p. 34-47, 2021.

INE, Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, Dados de censo 2017, Disponível em: <https://www.ine.gov.mz/web/guest/d/censo-2017-brochura-dos-resultados-definitivos-do-iv-rgph-nacional>.

MADER, José. SUSTENTA: programa nacional de integração da agricultura familiar em cadeias de valor produtivas. **Jornal Economia da FAO**, 2020.

MATTEDI, Marcos Antônio; DA CUNHA NUNES, Camila. Desenvolvimento Regional e Esporte Amador: as dimensões territoriais dos Jogos Abertos de Santa Catarina. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, 20.3: 314-351. 2015.

MATTIOLI, Roberto et al. Doxorubicin and other anthracyclines in cancers: Activity, chemoresistance and its overcoming. **Molecular Aspects of Medicine**, v. 93, p. 101205, 2023.



NOVA, Yara; ROSARIO, Rui. **Modelos de desenvolvimento agrário em Moçambique**, 2022.